

Nº 440 - NOVEMBRO, 26º ANO

2024

**BOLETIM
INFORMATIVO**
**PROCURADORIA-GERAL DO
ESTADO DO PARÁ**



ESAP@PGE.PA.GOV.BR

(91) 3344 - 2771

R. dos Tamoios, 1671 - Batista Campos, Belém/PA.

Nº 440 – NOVEMBRO DE 2024, 26º ANO

EDITORIAL

Olá!

A Escola Superior de Advocacia Pública da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (ESAP-PGE/PA) organizou vários eventos durante o mês de novembro, que tiveram grande adesão de procuradores, servidores e do público em geral.

No dia 19 houve a apresentação do Laboratório de Inovação da AGU. O ministrante foi o Procurador Federal Bruno Portela. O evento ocorreu na modalidade exclusivamente *on-line*, e trata-se de um projeto que tem como objetivo desenvolver soluções inovadoras em produtos, serviços e processos que contribuam para o aprimoramento e a segurança jurídica da ação estatal.

Apresentação do Laboratório de Inovação da AGU

19 de novembro de 2024 • 17h
Ministrante: Dr. Bruno Portela
Modalidade: Exclusivamente *online*



Nos dias 19 e 21, ocorreu o Curso de Inteligência Artificial, ministrado pela Procuradora Estadual Lilian Haber, sendo a primeira turma exclusivamente para alunos iniciantes e a segunda turma intermediária. O evento foi realizado na modalidade presencial, na sala de treinamento desta PGE/PA, e contou com grande procura e muitos elogios.

Neste mês quatro eventos marcaram as ações visando a qualidade de vida no trabalho: o Workshop de Alimentação Saudável, a Palestra sobre Saúde Pélvica, Workshop de Velas Artesanais e Aromatizadores e o Show de Bola.

Dia 22 foi realizado o Workshop de Alimentação Saudável, com a nutricionista Patrícia Freire, tendo como temática o planejamento de um cardápio saudável para as festas de fim de ano. O evento ocorreu no refeitório da PGE/PA, realizado em modalidade presencial, aberto a todos os servidores e procuradores da PGE/PA.



No mesmo dia, no auditório, aconteceu a 2ª Palestra sobre Saúde Pélvica, integrando as ações do Novembro Azul. A palestrante foi a fisioterapeuta Lara Franco, especializada em oncologia e fisioterapia pélvica. O evento foi realizado na modalidade presencial, com a transmissão on-line apenas para as Regionais, Setorial Brasília e para os servidores em trabalho remoto.

Dias 22 e 29 ocorreram as aulas do Workshop de Velas Artesanais e Aromatizadores, ministradas por Geyza Santos, instrutora do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/PA). O evento foi realizado somente na modalidade presencial, no refeitório da PGE/PA, aberto a todos.

E no dia 30 o time da PGE/PA esteve em campo, para mais uma edição do Show de Bola, partida de futebol realizada no Cassazum, contando com a participação de servidores e procuradores na equipe e também na torcida!

No dia 29, no auditório desta PGE/PA, aconteceu o evento de encerramento do Ano Consultivo do Estado, com o tema "Parcerias com a Administração: como tornar mais eficiente a formalização dos instrumentos e seus resultados - Os 10 Anos da Lei Federal nº 13.019/2014". O evento foi presidido pela Procuradora do Estado Carla Melém e teve como palestrantes Natália Galli, representando o Conselho Nacional de Fomento e Colaboração (Confoco), que abordou o tema "Desafios e Resultados na Implementação de



Parcerias Transformadoras da Realidade Social e da Dinâmica Administrativa", a Procuradora do Estado Nágila Sauer, que falou sobre "As Parcerias como Fator de Fortalecimento das Políticas Públicas no Estado do Pará", o Procurador do Estado do Amapá Marcelo Ramos Alves, que abordou o tema "Parcerias Setoriais: a Realidade do Segmento Cultural", e a Procuradora do Estado Adriana Lima, que encerrou os trabalhos tratando sobre "Promoção da Cultura pelos Mecanismos Legais de Parceria no Estado do Pará". Durante o evento ocorreu, ainda, o Lançamento do LexPGE 2.0 e a apresentação do Manual de Parcerias do Estado.

Dentro da esfera de legislação federal, pode-se destacar a Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro, que regulamenta as emendas parlamentares no Orçamento Federal. Essa legislação foi aprovada

como parte de um acordo entre os poderes para adequar o regime de emendas parlamentares aos princípios constitucionais de moralidade, publicidade e eficiência.

No que tange a legislação estadual, importante mencionar a Lei nº 10.750, de 31 de outubro (publicada em 4 de novembro), que instituiu o Plano Estadual Amazônia Agora, uma estratégia que visa estabelecer o modelo de desenvolvimento baseado na conservação e valorização de ativos ambientais, no aumento da eficiência das cadeias produtivas e na melhoria das condições socioambientais no campo.

Por meio do Decreto nº 4.348, de 26 de novembro (replicado em 27/11/2024), foi estabelecido o funcionamento dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, no período de 5 a 21 de novembro de 2025, em razão da 30ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), entre outras providências.

Por fim, destaca-se o Decreto Estadual nº 36.043, de 25 de novembro, que concedeu a medalha de “Ordem do Mérito Bombeiro Militar Intendente Antônio Lemos”, no grau comendador, ao Procurador-Geral do Estado Ricardo Sefer.

Em relação à legislação interna, cabe mencionar a Portaria nº 933/2024-PGE.G, de 27 de novembro, que alterou a Portaria nº 753/2024-PGE.G, para permitir que seja delegado ao Procurador-Geral Adjunto Administrativo e ao Procurador-Geral Adjunto Contencioso a competência para realizar acordos extrajudiciais em desapropriações promovidas pelo Estado, mediante autorização do Governador.

Entre as decisões publicadas no Supremo Tribunal Federal, uma das mais importantes é o Recurso Extraordinário 1212272 (mérito), que reafirmou o direito à liberdade religiosa ao consagrar que “É permitido ao paciente, no gozo pleno de sua capacidade civil, recusar-se a se submeter a tratamento de saúde, por motivos religiosos.”, sendo isso condicionado à decisão inequívoca e informada. No que tange a tratamentos alternativos, o Sistema Único de Saúde deve disponibilizar desde que tenha viabilidade técnica-científica. Essa ação foi movida pela comunidade dos Testemunhas de Jeová.



No STJ, destaque para o Recurso Especial 2070288/PR por meio do qual foi decidido que o credor de adiantamento de contrato de câmbio não precisa esperar o pagamento dos

demais créditos submetidos aos efeitos da recuperação judicial para receber os valores que lhe são devidos.

No que tange ao TCU, merece destaque o Acórdão 2326/2024, por meio do qual o Plenário decidiu que é cabível a declaração de inidoneidade de empresa que participa de licitação mesmo possuindo identidades e similitudes com outra empresa impedida temporariamente de licitar e contratar, pois configura tentativa de burlar a penalidade em vigor.

A ESAP agradece as doações que ocorreram no decorrer do mês, entre elas os livros “Redação Jurídica”, de Antonio Gidi (doação da Procuradora Gabriella Dinelly), “Os Planos de Saúde Privados e os Direitos dos Usuários”, de Luiz Henrique Sormani Barbugiani (doação do Procurador Graco Ivo Coelho) e o “Compilado Legislativa do Saneamento Básico”. Foram recebidas, ainda, as edições nº 321 e nº 322 da Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e a edição nº 690 da Revista Bonijuris.



Boa Leitura!

SUMÁRIO

1 EDITORIAL	1
2 DOCTRINAS	6
2.1 CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	6
2.2 FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO	6
2.3 DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO	7
2.4 CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	7
2.5 TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO	8
3 JURISPRUDÊNCIAS SELECIONADAS	9
4 EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO	12
5 DESTAQUES JURÍDICOS ESAP 2024	13
6 ACERVO DIGITAL ESAP	14
7 BIBLIOTECAS DIGITAIS	15
8 CURSOS INTERNOS YOUTUBE	17
8 EVENTOS E CURSOS INTERNOS	17
9 EVENTOS E CURSOS EXTERNOS	18
10 SITES COM CURSOS ONLINE GRATUITOS	19

DOCTRINAS

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS

SITUAÇÕES JURÍDICAS DE FATO SUBSISTENTES AO NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO

Alexandre Santos de Aragão

A LINDB E CONDICIONANTES À INVALIDAÇÃO DE ATOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: UM CONVITE À AUTOCONTENÇÃO DO CONTROLADOR

Fernando Vernalha Guimarães, Raul Dias dos Santos Neto

APLICAÇÃO DA LGPD NA SAÚDE PÚBLICA E SUPLEMENTAR

Sérgio Roberto Pereira Cardoso Filho

A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS ENVOLVENDO ENTES PÚBLICOS

Márcia Walquíria Batista dos Santos, Juliana Mucci Arroyo Maia

FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

VINCULAÇÃO DE RECEITAS EM PPPS SOCIAIS: APRENDIZADOS INSTITUCIONAIS DE PROJETOS NO SETOR DE EDUCAÇÃO

Henrique Lago da Silveira, Giovanna Guilhem de Araujo

A REGULAÇÃO SOCIAL AMPARADA PELO FERRAMENTAL ECONÔMICO

Leonardo Novaes Izidorio

*****ICMS EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA: CRIAÇÃO, APLICAÇÃO E PERSPECTIVAS

Silvio Bhering Sallum, Akauã Flores Arroyo, Diogo Signor

A CRIAÇÃO DE UM CONSELHO DE ENTIDADES DE SANTA CATARINA COMO AGENTE NA DEPURAÇÃO DOS CADASTROS DE CONTRIBUINTES CATARINENSES E OS POTENCIAIS IMPACTOS NA DESJUDICIALIZAÇÃO DO EXECUTIVO FISCAL

Flávio Martins Alves

DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO

PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO RETROCESSO AMBIENTAL: DO CARÁTER NORMATIVO À APLICAÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA

Nelson Tonon Neto

GRANDES PROJETOS URBANOS: ENTRE INSTRUMENTOS E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Fábio Scopel Vanin, Gerusa Colombo

ANTROPOCENTRISMO E DIREITO AMBIENTAL: A NECESSIDADE DE EVOLUÇÃO DO FUNDAMENTO DO DIREITO AMBIENTAL DIANTE DA VULNERABILIDADE DA NATUREZA

Tatiana Maria Guskow

A BOA-FÉ POR MEIO DA PUBLICIDADE NA MATRÍCULA IMOBILIÁRIA EM RELAÇÃO AO DECRETO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO

Márcia Walquíria Batista dos Santos, George Rodrigues da Silveira Neto

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

TRANSLÚCIDO: A EXPLICABILIDADE COMO ALTERNATIVA PARA A OPACIDADE DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, Elis Cristina Nogueira Xavier, Leonardo Macedo Poli

DIGNIDADE, PRIVACIDADE E LGPD: OS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA ERA DIGITAL

Eudes Victor Bezerra, Marcelo Negri Soares, Geovani Ramos Menezes

DESCONSIDERAÇÃO DA PJ APLICADA NA EXECUÇÃO FISCAL

Gregory Ibrahim Malfatti

A CLÁUSULA DO PÔR DO SOL (SUNSET CLAUSE) NO DIREITO DE FAMÍLIA

Pablo Stolze Gagliano

TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

PRESSUPOSTOS DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA NOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Fabício Vieira dos Santos, Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade

GREVE AMBIENTAL

Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson

APOSENTADORIA DE SERVIDORES PÚBLICOS

Odete Medauar

A TUTELA INIBITÓRIA COMO RESPOSTA AO ASSÉDIO ELEITORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Miriam Cipriani Gomes, Eduardo Milléo Baracat

JURISPRUDÊNCIAS SELECIONADAS



RE 1212272

DIREITO CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 1.069. DIREITO DE RECUSA À TRANSFUSÃO DE SANGUE. LIBERDADE RELIGIOSA E AUTODETERMINAÇÃO. PESSOA ADULTA E CAPAZ. AUSÊNCIA DE IMPACTO NA ESFERA JURÍDICA DE TERCEIROS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO JULGADO PREJUDICADO.

STF

É permitido ao paciente, no gozo pleno de sua capacidade civil, recusar-se a se submeter a tratamento de saúde, por motivos religiosos. A recusa a tratamento de saúde, por razões religiosas, é condicionada à decisão inequívoca, livre, informada e esclarecida do paciente, inclusive, quando veiculada por meio de diretivas antecipadas de vontade.

“

RECURSO ESPECIAL Nº 2070288 - PR

RECURSO ESPECIAL. EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO. EXECUÇÃO. PROSSEGUIMENTO. TRÂNSITO EM JULGADO. PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS. TRANSFERÊNCIA. VALORES. NECESSIDADE. RESP 2070288

STJ

O credor de adiantamento de contrato de câmbio não precisa esperar o pagamento dos demais créditos submetidos aos efeitos da recuperação judicial para receber os valores que lhe são devidos.

“ ACÓRDÃO 2326/2024 - PLENÁRIO
RESPONSABILIDADE. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE.
ABRANGÊNCIA. IMPEDIMENTO. SUSPENSÃO
TEMPORÁRIA. EMPRESA. SÓCIO. ATIVIDADE
ECONÔMICA. IDENTIDADE.

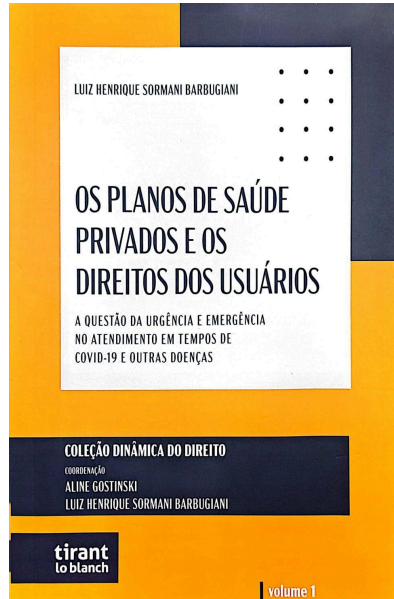
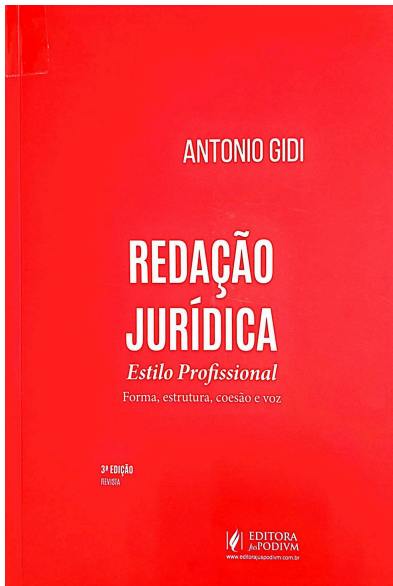
TCU

É cabível a declaração de inidoneidade para participar de licitações na Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/1992), bem como em certames promovidos nas esferas estadual e municipal com recursos federais, de empresa que participa de licitação mesmo possuindo identidades e similitudes – em especial quadro societário, atividade principal, atividades secundárias e informações de contato – com outra sociedade empresária impedida temporariamente de licitar e contratar, não importando que aquela tenha sido constituída e iniciado suas atividades anteriormente à sanção desta, pois configura tentativa de burla à penalidade em vigor

EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO - MÊS DE NOVEMBRO 2024

EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO NACIONAL - NOVEMBRO 2024	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL - NOVEMBRO 2024	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO PGE/PA - NOVEMBRO 2024	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
EMENTÁRIO DE PARECERES E MANIFESTAÇÕES – NOVEMBRO 2024	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>

DESTAQUES JURÍDICOS ESAP - NOVEMBRO



ACERVO DIGITAL ESAP

- [LIVROS](#)
- [PERIÓDICOS](#)
- [ARTIGOS](#)

BIBLIOTECAS DIGITAIS

PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO

- Periódicos; Livros Eletrônicos



BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW

- Livros Eletrônicos



REVISTAS DOS TRIBUNAIS ONLINE

- Periódicos; Doutrinas; Jurisprudências



LEX EDITORA

- Periódicos; Legislações; Doutrinas



ZÊNITE

- Periódicos; Legislações; Doutrinas.



EVENTOS INTERNOS DISPONÍVEIS NO YOUTUBE - NOVEMBRO

EVENTO	MODALIDADE	DATA	LINK
2ª PALESTRA SOBRE SAÚDE PÉLVICA	HÍBRIDO	22/11/2024	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR

EVENTOS E CURSOS INTERNOS

EVENTO	FORMATO	DATA	ORGANIZADOR
CURSO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	ONLINE	04/12/2024	ESAP
MEDITAÇÃO	PRESENCIAL	04, 12, 19 E 26/12/2024	ESAP
CORAL DA PGE- ENSAIO	PRESENCIAL	05, 12, 19 E 26/12/2024	ESAP
MINICURSO SOBRE PRODUÇÃO DE VELAS ARTESANAIS E AROMATIZADORES	PRESENCIAL	06/12/2024	ESAP
<u>PALESTRA SBCE E CRÉDITOS DE CARBONO</u>	HÍBRIDO	12/12/2024	ESAP
<u>CURSO DE PAD</u>	HÍBRIDO	27, 28 e 29/01/2024	ESAP

EVENTOS E CURSOS EXTERNOS

EVENTO	MODO	DATA	ORGANIZADOR	LINK
DFD, ETP E TR - PASSO A PASSO PARA COMPRAS E SERVIÇOS	ONLINE	24 E 27 A 31/01/2025	ZÊNITE	ACESSE AQUI
ALTA PERFORMANCE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS- DESAFIOS E OPORTUNIDADES EM MODELAGENS E TECNOLOGIAS	ONLINE	10 A 14 E 17/02/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
TERCEIRIZAÇÃO EM FOCO- INCLUI NOVIDADES DO DECRETO Nº 12.174/2024	ONLINE	18 A 21/02/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
AS CONTRATAÇÕES DAS ESTATAIS EM FOCO	PRESENCIAL	12 A 14/03/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI

[PORTFÓLIO DE CAPACITAÇÕES 2024 JML](#)

[PORTFÓLIO DE CAPACITAÇÕES 2024 FORUM](#)

SITES COM CURSOS ONLINE GRATUITOS

- **ESCOLA VIRTUAL DO GOVERNO**
(<https://www.escolavirtual.gov.br/>)
- **CNJ (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA)**
(<https://www.cnj.jus.br/formacaoecapacitacao/cursos-abertos/>)
- **SENADO**
(<https://saberes.senado.leg.br/course/index.php?categoryid=134>)
- **FGV ONLINE**
(https://www5.fgv.br/fgvonline/Cursos/Gratuitos/?goback=gde_1876153_member_208379733)
- **FUNDAÇÃO BRADESCO**
(<https://www.ev.org.br/cursos>)

Para outros eventos e cursos acessar na rede a pasta virtual da ESAP

Expediente:

Responsáveis pelo Boletim: Gabriella Dinelly Rabelo Mareco, Alessandra Maria Mendonça de Oliveira, Carla Blanco Rendeiro e Tássio Guimarães Senger.

Apoio:

Ana Margarida Vianna, Luciano Júnior Silva da Silva, Gustavo Lima da Silva, Carlos Eduardo Ricarte, Isadora Maria de Abreu Oliveira, Gabryelly dos Santos Braga e Edvan de Souza Silva.

Fechamento desta edição: 30/11/2024

